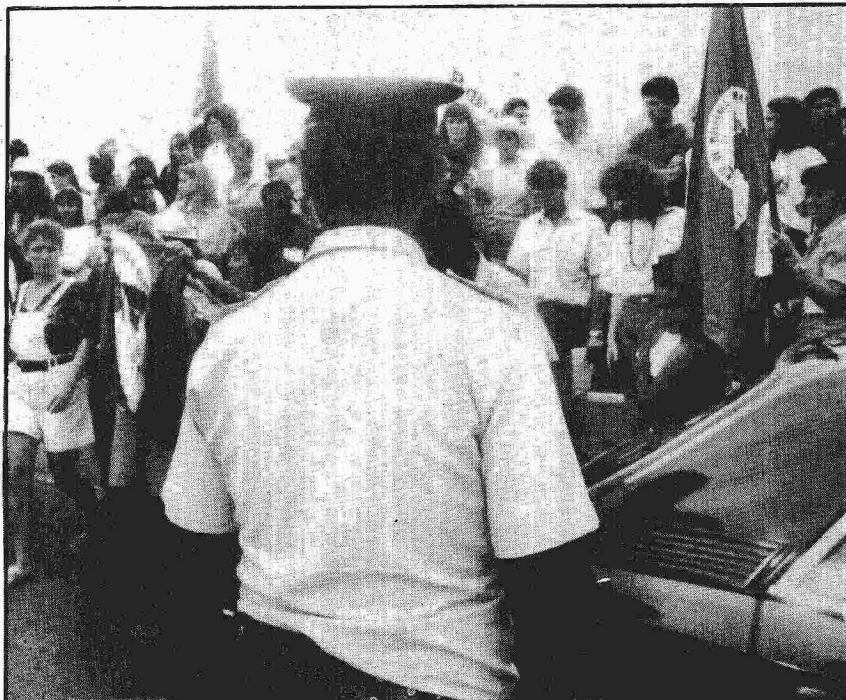


Falta de autonomia gera greves

A rotatividade da equipe econômica do Governo Federal, que vem se repetindo nos últimos anos, penaliza drasticamente o Distrito Federal, forçado a romper seus compromissos internos e se colocar como pedinte junto aos cofres da União para evitar o colapso das áreas de saúde, educação e segurança, mantidas com recursos federais. A avaliação do secretário do Trabalho do GDF, Renato Riella, tem o objetivo de justificar a pretendida sistematização dos repasses voluntários feitos pela União, frutos de negociações intensas entre governos local e federal anualmente para pagamento de salários de 55 mil servidores (quase 65% de todo o funcionalismo do GDF).

“A cada mudança de ministérios o Governo do Distrito Federal tem que reiniciar todo um processo de esclarecimento de que não tem como bancar a manutenção das áreas essenciais, uma responsabilidade da União, e isto gera uma crise, porque negociações coletivas locais vão parar nos gabinetes da esfera federal”, explicou o secretário. Para ele, a falta de autonomia para lidar com negociações salariais dos próprios servidores coloca o Governo do Distrito Federal diante de uma dificul-



A mobilização popular é fundamental para o desenvolvimento do DF

dade flagrante. “Argumenta-se sempre que os salários praticados aqui são maiores que os dos outros estados, o que nos aponta uma comparação desleal”.

Segundo Riella, não se pode nive-

lar salários pagos dentro do DF aos de outros estados que não respondem ao mesmo nível de informação e especialização profissional. “Temos uma mão-de-obra de altíssimo nível e profissionais muito qualificados”, justifica, citando como exemplo a categoria

dos professores públicos, em que 70% têm curso superior.

Estratégia — A constituição de um fundo próprio para o Distrito Federal vai profissionalizar a relação de Brasília com o restante do País, avaliou Renato Riella, ao defender que Brasília é uma peça estratégica para que outros estados possam se desenvolver como unidade de uma mesma Federação. Durante o seminário “Brasília em Debate” do qual participou ontem no **Jornal de Brasília**, o secretário do Trabalho conclamou a sociedade para que sensibilize personalidades “filhas desta terra”, cuja mobilização tem repercussão nacional.

“Nossos destaques nacionais na cultura, esporte e outras tantas áreas devem atuar como instrumento de mobilização em defesa de Brasília”, defendeu. “O que se vê, no entanto, são vozes nacionais caluniando Brasília sem que a sociedade reaja de forma organizada; ela tem que estar permanentemente vigilante e comprar esta briga”. Para Riella, sistematizar os repasses devidos ao DF é assegurar a Brasília o direito de uma “vida normal” e perspectiva de progresso com as regras do jogo bem estabelecidas.

O DEBATE

Irineu Tamanini: Muito bem Walter Lima. Nós passamos a transmitir ao vivo aqui do **Jornal de Brasília**. No dia em que a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional começa a votar o Orçamento Geral da União para 1993, o seminário **Brasília em Debate** apresenta uma solução para a questão econômica da capital federal. É justamente a criação do Fundo de Participação do Distrito Federal.

Este é o tema que iremos abordar a partir de agora aqui na sede do **Jornal de Brasília**, no seminário **Brasília em Debate**. Uma promoção da Rádio Nacional, TV Nacional, **Jornal de Brasília**, com o apoio do GDF, o Governo do Distrito Federal, e da Câmara Legislativa.

Participam desta Mesa Redonda o senador Pedro Teixeira (PP-DF), autor de projeto que estabelece um percentual fixo de repasse da União para o DF; o Presidente da Federação das Indústrias de Brasília — FIBRA, Antônio Fábio Ribeiro; o Secretário de Trabalho de Brasília, Renato Riella; o ex-Chefe da Casa Civil do Palácio do Buriti, sede do governo local, e hoje secretário-geral do Ministério das Comunicações e Presidente da Telebrási-

lia, Jorge Jardim, e também o Administrador Regional de Brasília, Haroldo Meira.

O Distrito Federal é o terceiro maior arrecadador de impostos federais no país, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro, tendo arrecadado, com impostos federais, no ano passado, mais de US\$ 2 bilhões. Recebeu de volta, para aplicação na cidade, apenas 0,6%, isto é, US\$ 30 milhões.

A arrecadação nacional de impostos destina 53% para a União, ficando os demais 47% para os Estados e Municípios.

Do rateio dos fundos de participação, Brasília recebe o equivalente a uma pequena cidade do interior do País. Para mudar o valor desse percentual — o objetivo é atingir até 5% —, o senador Pedro Teixeira (PP-DF) está com um projeto tramitando no Congresso Nacional. E é justamente o Senador Pedro Teixeira, que está aqui conosco, quem vai explicar como conseguir, como chegar a esse percentual de 5% para a capital da República.

Senador.

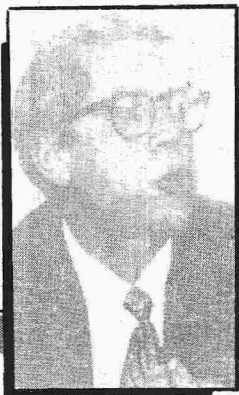
Senador Pedro Teixeira — Bom dia. Atendendo aos anseios da comunidade brasiliense, após diversas reu-

niões, principalmente com a classe empresarial e política, nós nos tornamos porta-voz desse estado de dar governabilidade a Brasília através de um instrumento institucional. E por isso o artigo 159, que distribui os Fundos de Participação entre os estados e os municípios precisavam ser remanejado, para que pudesse o Distrito Federal ter uma contemplação especial, por ser uma cidade especial. Exatamente o que ele não poderia, como está sendo feito agora, é ser comparado a estados quando se fala no Fundo de Participação dos estados, ou a município, quando se fala no Fundo de Participação de municípios.

E os critérios são dados por leis ordinárias, do retorno. Vamos imaginar que tenha um grande caldeirão e o Distrito Federal contribui, como todos os estados, com a sua parcela do imposto de renda — e aqui é uma cidade administrativa onde grandes operações são realizadas, via de consequência o imposto de renda aqui é substancial, tem um peso específico muito grande. Isso tudo é lançado — como também os nossos impostos, como o IPI, e outros impostos federais — num caldeirão.



Tamanini mediou os debates



● ● **Juscelino Kubitschek criou Brasília, a capital da esperança. Mas se nós, como brasilienses, não conquistarmos esse fundo de participação, poderemos estar criando a Brasília, capital da preocupação** ● ●

Haroldo Meira
Administrador Regional de Brasília

Projeto propõe criação do Fundo

O critério de retorno é que é injusto — quando é de município então, há um cheirinho de devolução, porque são 4.500 municípios disputando com Brasília na mesma proporcionalidade. Então nós temos aí uma capital, por exemplo, como Campo Grande, que na hora da Participação do Fundo de Municípios compete com Brasília nas mesmas condições. Eu nem sei se Padre Bernardo também compete, porque os critérios são critérios de lei ordinária.

Mas normalmente o que é básico na restituição é contar o índice populacional, o territorial. Quer dizer, o tamanho, o território, o índice e a inversão da proporcionalidade da contribuição.

Por exemplo: Brasília tem o PIB maior do país por causa dessa concentração de renda que tem. Por isso somos tratados como primo rico. Na hora da restituição, porém, a maior parcela vai para aqueles que são considerados mais carentes, e nós não somos enquadrados nesses "mais carentes" porque temos um PIB muito grande. Nós temos uma população pequena também. Então, não precisa tanto quanto a Bahia, por exemplo, que leva a maior parte porque é bem maior do que Brasília, tem uma população bem mais acentuada, então a devolução favorece mais a Bahia, evidentemente, dentro desse critério. E temos também a questão do tamanho do nosso território o que também pesa, porque presume-se que, sendo o nosso território pequeno, nós temos menos encargos do que um estado que tem um território muito grande. Mas eles não levam em consideração que a capital brasileira tem outros encargos muito maiores por ser a capital do Brasil, por ser a síntese do poder nacional e por aqui carrear todos os anseios dos nossos irmãos do Brasil, do entorno, do Norte e do Nordeste, o que nos obriga a ficar de prontidão permanente, seja no plano da educação, plano de saúde, plano de segurança, para atender a essa situação.

E por isso então a nossa emenda visa ter um fundo específico para o Distrito Federal. Nós não podemos mais ficar comparados com os estados para esse efeito, nem com os municípios, porque os nossos encargos, por sermos patrimônio cultural da humanidade, por sermos a capital da República e por estarmos aqui sediando as Embaixadas são muito restritos. O poder nacional não nos contribui com IPTU, não nos paga, não nos dá o retorno. Na verdade, ficamos com muitos encargos e recebemos um retorno equiparado a outros estados e a outros municípios, quando se fala no Fundo de municípios, com igualdade de pro-



O senador Pedro Teixeira é autor do projeto que cria o fundo

porção, o que acaba nos asfixiando e nos sufocando. É por isso que a emenda visa a dar um fim específico, a um fundo específico para o Distrito Federal.

Irineu Tamanini — Perfeito. Senador, eu gostaria, agora, da participação do Presidente da Federação das Indústrias de Brasília, dr. Antonio Fábio Ribeiro, diante dessas colocações. Brasília é uma cidade eminentemente de funcionários público, não tem um parque industrial. O Fundo de participação seria a saída para Brasília, para que ela pudesse chegar ao ano 2.000 numa situação diferente da que se encontra hoje?

Antônio Fábio Ribeiro — Sim, Irineu. A saída para Brasília é uma soma de esforços de todos nós. Daí os meus cumprimentos por esta mesa-redonda que nós estamos fazendo, pelo esforço do *Jornal de Brasília*, da Rede Nacional, no sentido de compreender melhor e a sociedade toda realmente debater melhor esta questão.

O Senador Pedro Teixeira foi muito feliz no momento em que colocou que Brasília não é nem um município e nem um estado. É a capital da República. Não é a soma de um município mais um estado, é um município e um estado completamente diferente pelas características, pela origem, pela responsabilidade, por sediar os três poderes da República, por ser a sede de todas as embaixadas que nós temos, a representação diplomática neste país. Portanto, a saúde, a educação, a segurança pública no Distrito Federal diferem nas diversas regiões do país. Não que nós queiramos ser diferentes. É que o País tem uma extensão territorial muito grande e nós não temos condições de ter a mesma qualidade em

qualquer rincão brasileiro.

Nesse sentido nós estamos inteiramente de acordo com o senador Pedro Teixeira, e a sociedade toda agora se reúne em torno dessa idéia de criar o Fundo de Participação específico do Distrito Federal, dando uma melhor transparência nesta relação de transferência de recursos da União para o Distrito Federal. Saindo desta situação na qual uma greve de professor, uma greve de médico vai parar no gabinete do Ministro da Fazenda. Nós precisamos ter uma transparência nisso. É Preciso também que o Governo do Distrito Federal assuma definitivamente as suas responsabilidades. No momento em que nós tivermos um Fundo de Participação, caberá ao Distrito Federal, sabendo quanto vai receber por ano, sabendo a expectativa, administrar a sua saúde, a sua educação e a sua segurança pública e os outros serviços, porque não é só exatamente para isso que nós recebemos transferências do Governo do Distrito Federal. Todo município e todo estado brasileiro recebe transferência para manter outros serviços e gerar o seu desenvolvimento.

Com relação à atividade industrial, à atividade comercial, à atividade produtiva do Distrito Federal, nós temos que ter uma linha de atuação coerente. Nós somos a capital da República, temos uma boa qualidade de vida — que aliás todo o Brasil merecia ter igual — e queremos legar para as nossas próximas gerações uma boa qualidade de vida.

Como presidente da Federação das Indústrias não defendo uma industrialização a qualquer preço. Defendo uma industrialização respeitando o meio ambiente, respeitando os parques que nós temos, respeitando uma indús-

tria limpa que deve ser aqui implantada. Não que eu queira indústria suja em outros lugares. Defendemos uma industrialização moderna para todos os lugares. E aqui não admitiremos outras. Nós temos um comércio que zela também, e que deve proporcionar uma oferta em níveis exigentes da população. Nós temos aqui uma centena e meia de representações diplomáticas.

Diante disso, nós não podemos ficar com a expectativa de que o nosso desenvolvimento industrial será como o de São Paulo, será inclusive como o de Goiás, que é nosso vizinho. O nosso desenvolvimento industrial vai ser limitado ao tamanho do nosso território, a determinados insumos que nós temos no Distrito Federal. Por exemplo, a água. Nós não podemos fazer da nossa água aquilo que se faz em outros lugares do Brasil.

Brasília está sediada em cima das nascentes, inclusive na divisão das grandes bacias brasileiras. Nós não podemos poluir Brasília e poluir o resto do Brasil a partir daqui. E nós teremos dificuldade de água para beber, aqui em Brasília, na passagem do século. E o insumo água é fundamental para o nosso desenvolvimento industrial em todos os sentidos.

Nesse sentido, defendemos um conjunto de coisas. Primeiro, o crescimento industrial. Jamais aceitamos a situação em que nós estamos. Nós queremos desenvolver, mas dentro de parâmetros adequados, compatíveis com a qualidade de vida e o meio ambiente. O desenvolvimento comercial, o desenvolvimento da produção de serviços, nós defendemos uma coisa mais... Brasília, foi uma cidade feita pelo governo, tem muitos e muitos serviços que ainda são administrados pelo governo.

Nós defendemos uma privatização diferente, que é a privatização da gestão da coisa pública. Então não precisa privatizar o patrimônio. Nós temos é que privatizar a gestão. Nesse sentido esse debate é positivo, porque vai permitir que a sociedade como um todo compreenda isso melhor. Estamos a favor do Fundo de Participação, a favor da participação dos trabalhadores, da classe empresarial, da classe política, da classe dos profissionais liberais, de todos eles, numa compreensão melhor da vocação dessa cidade e de onde vamos buscar os seus recursos e de onde vai emanar o seu poder político.

Irineu Tamanini — Nós agora vamos conversar com o secretário de Trabalho, Renato Riella, uma pessoa muito experiente aqui na capital federal e que convive diariamente com greves, desempregos. Brasília tem hoje mais de 120.000 desempregados.

Como o sr. vê a criação desse

Condição de pedinte desmoraliza

Fundo de Participação do Distrito Federal, já que estamos aí convivendo com um corte de quase 50% no orçamento, secretário? O Fundo de Participação é uma saída, juntamente com esse parque industrial que a Fibra está propondo também?

Renato Riella — O Fundo de Participação nos tira dessa situação de pedinte. Ele profissionaliza a relação de Brasília com o resto do Brasil e estabelece nova regra do jogo. Nós devemos defender e devemos entender Brasília como uma peça estratégica fundamental para o desenvolvimento do País. Brasília não é somente uma cidade bonita, com grande arquitetura, reconhecida no mundo, que pode vir até a sediar uma Olimpíada. Brasília é uma peça estratégica para que o Brasil possa se desenvolver e possa sair dessa crise em que ele está.

Brasília saiu dessa situação crítica de um impeachment de Presidente da República inteira, íntegra. Brasília, quando se abriu a caixa preta do PC Farias, se mostrou como uma cidade limpa dentro do processo, não se comprometeu. Por quê? Porque Brasília hoje é uma cidade profissionalizada, é uma cidade que detém grandes cabeças e todos os governos federais que estão se sucedendo, todos esses governos são obrigados a contratar elementos profissionais oriundos de Brasília. É importante a gente ter essa noção, é importante a gente ter a noção dessa importância de Brasília.

E esse Fundo de Participação vai nos dar uma garantia desse processo. Quer dizer, a gente vai sair dessa situação provisória. Eu sinto ainda, dentro do governo, dentro das áreas empresariais, dentro das áreas políticas, em alguns momentos, até um certo constrangimento diante da situação de Brasília. Brasília precisa sair dessa situação de constrangimento, passando a ter o que ela tem direito, quer dizer, uma vida normal, uma perspectiva de progresso com as regras do jogo bem estabelecidas.

Nós não podemos continuar nessa situação de termos 55 mil servidores nas áreas de saúde, segurança e educação, cujos salários são pagos pelo governo federal e anualmente, duas, três vezes ao ano, temos que fazer negociações difíceis.

No fim do ano passado, durante uma greve de professor, eu fui enviado pelo governador Joaquim Roriz ao 4º andar do Palácio do Planalto porque havia uma manifestação de professores na porta do Palácio. E lá fiz uma negociação com o comando de greve junto com o ministro do Planejamento, o ministro Haddad. Uma situação absurda. Não se justifica isso. Era preciso que o GDF, que Brasília, tivesse



Riella e Edgar Lisboa conversam sobre a autonomia do DF

condições de negociar diretamente com os seus funcionários, com segurança, com uma política salarial estabelecida. E essa situação não é possível por quê? Porque os pagamentos têm que ser negociados com o Governo Federal, com ministros que se sucedem, como a recente ministra Erundina, por exemplo, que ao assumir, teve uma audiência com a secretária de Educação, mas ainda não tinha conhecimento dessa dependência de Brasília.

Nós não podemos ficar nessa situação de, a cada ministro que assumir, sermos obrigados a explicar todo esse processo, que há 30 anos Brasília é dependente da União, que Brasília sendo esse elemento estratégico de progresso do País precisa ter condições de poder pagar bem aos seus servidores, todas essas situações.

Então eu chamo a atenção para essa necessidade de Brasília se unir e assumir o seu papel como peça estratégica para o futuro do Brasil.

Irineu Tamanini — É o **Brasília em Debate** que está sendo transmitido ao vivo aqui do **Jornal de Brasília**. Uma promoção da Rádio Nacional, TV Nacional e do próprio **Jornal de Brasília**, com o apoio do Governo do Distrito Federal e também da Câmara Legislativa.

Agora a presença do ex-Chefe da Casa Civil do Palácio do Buriti, hoje secretário-geral do Ministério das Comunicações e também presidente da Telebrasil, Jorge Jardim.

O sr. já passou, já teve a experiência de Palácio do Buriti, e já teve essa experiência de conviver com toda essa situação que Brasília vive hoje, há alguns anos.

Brasília vive essa situação hoje, nesse corte de recursos. O que é que não foi feito e que poderia ser feito no momento, para que Brasília saia dessa situação, conforme, por exemplo, essa

questão do Fundo de Participação do DF?

Jorge Jardim — Pessoalmente vivi na administração do Governo do Distrito Federal no período de 82 a 85, na condição de chefe do Gabinete Civil no governo José Ornellas.

Nesse período, já podíamos ante- ver essa crise que hoje estamos vivendo, no que diz respeito ao repasse de recursos da União ao Governo do Distrito Federal.

Naquela oportunidade cabia à União, informalmente, financiar todas as despesas referentes à manutenção da segurança pública, da educação e da saúde do Distrito Federal.

Seguido a esse período de 82 a 85, nós tivemos a formalização dessa relação somente com a manutenção da área de segurança pública. Isso virou hoje obrigação, virou um preceito constitucional. A parte da saúde e da educação continuou a ser tratada de maneira informal, de forma que a crise nessa relação efetivamente começa a acontecer nesse momento.

Essa situação de pedinte do Governo do Distrito Federal é extremamente constrangedora, como já foi dito aqui. E mais: o momento para se resolver esse assunto é agora, até porque o Brasil passa, sem dúvida, por uma profunda crise de federação. A crise é política e a crise é econômica também.

Toda a Federação brasileira hoje encontra-se em processo de digladiacão e isso certamente vai fazer com que Brasília, sede dos poderes da União, Brasília, sede do corpo diplomático acreditado no País, cidade especial, como já foi dito, venha a ser prejudicada ainda mais.

No meu entendimento a saída já foi dada: o Governo do Distrito Federal, através do governador Joaquim Roriz e com a clarividência do secretário de Finanças, Everardo Maciel, um homem altamente experiente nessa re-

lação, altamente conhecedor do orçamento da União, iniciou esse entendimento, fez essa colocação de criação de um fundo específico, de um Fundo de Participação do Distrito Federal. A saída é essa, é urgente, e em função exatamente dessa crise política e econômica da Federação brasileira, acho que chegou o momento de se ter a decisão sobre tal assunto.

Eu acho altamente oportuna a participação do **Jornal de Brasília** nesse contexto, a participação da Rede Nacional, e estou seguro de que, com a representação do Distrito Federal no Senado e na Câmara, pelo interesse demonstrado pelo nosso senador aqui presente, dr. Pedro Teixeira, nós devemos, sem dúvida, formalizar essa relação.

Esse é o ponto de vista que eu tinha que colocar.

Irineu Tamanini — Agora é a participação do dr. Haroldo Meira, ele que é administrador regional de Brasília, na realidade administrador regional do Plano Piloto, já que cada cidade-satélite da capital federal tem o seu administrador.

Administrador, é difícil conviver, é difícil trabalhar com tão poucos recursos dentro do Plano Piloto, onde residem essas mesmas pessoas que são responsáveis pelos cortes no Orçamento do Distrito Federal?

Haroldo Meira — Em primeiro lugar, essa é uma oportunidade ímpar, porque eu acredito que daqui para frente nós, brasilienses, precisamos discutir muito mais a nossa Capital.

O Presidente Juscelino criou a cidade chamando "Brasília, a Capital da Esperança". Se nós, como brasilienses, não mantivermos ou não conquistarmos esse fundo, nós poderemos estar criando a frase "Brasília, a capital da preocupação", por uma razão muito simples. Brasília, quando foi criada e fundada por Juscelino, todos sabem, tinha uma concepção administrativa. Mas o fato é que se criou um pólo de desenvolvimento no Centro-Oeste, que é a corrida para o Centro-Oeste. Então não tem como você fazer com que a cidade abrigue a capital da República e não tenha pernas para sobreviver sozinha, porque senão nós vamos estar enfrentando coisas como, por exemplo, condomínio irregular. É irregular para quem? É irregular para quem está lá. Agora, porque não foi traçada uma política habitacional em Brasília? Então não foi traçada uma política habitacional e surgiu o condomínio irregular.

Por que o estudante vai para a Esplanada dos Ministérios pressionar o Presidente da República? Porque Brasília não tem condições de traçar a sua política educacional.

076



● ● A criação do banco do centro-oeste, com sede em Brasília, com seus diretores envolvidos com as problemáticas regionais, tendo interesses políticos locais, trará desenvolvimento para a região ● ●

Pedro Teixeira
Senador (PP)

“Ilha da fantasia é pura ilusão”

Então essa questão do Fundo de Participação é muito importante, é muito importante para preservar a nossa própria capital brasileira.

Só para vocês terem uma idéia, eu tenho o hábito de falar que o maior problema de Brasília é que Brasília dorme com 300 mil pessoas e acorda com um milhão. São 700 mil pessoas que vêm das cidades-satélites atrás do quê? Atrás de renda. Para que ir para o Plano Piloto? Nós precisamos tirar essa pressão da capital.

Brasília tem 100 metros quadrados de verde por habitante. Ontem mesmo eu estava dizendo a “Veja”, dizendo que Curitiba não é a maior cidade do Brasil, nesse sentido, tem 54 metros quadrados de verde por habitante. Não é não. A maior é Brasília. Nós temos 100 metros quadrados de verde por habitante, o que nos dá essa qualidade de vida. Quer dizer, a qualidade de vida de Brasília é diretamente proporcional ao espaço. Então se nós não preservamos esse plano urbanístico de Brasília nós vamos chegar ao caos. Daqui a pouco teremos que transferir a capital da República, como foi feito do Rio para Brasília. Daqui a pouco nós vamos ter que transferir a capital da República de Brasília para outro lugar, porque ficou inadministrável. Por quê? Porque a própria capital atrai, ela é um pólo de atração econômica, financeira, é a capital da esperança. As pessoas vêm aqui atrás de esperança, atrás de vida. Então nós temos que ter condições de administrar, ou seja, separar essas duas cidades. Nós temos que fazer uma separação.

Eu sempre digo que nós temos duas cidades aqui: nós temos a cidade da Esplanada dos Ministérios, que é a Capital da República, e nós temos a nossa Brasília, que precisa andar com as pernas próprias.

Irineu Tamanini — Brasília é considerada um paraíso em termos de Brasil. Há uma discriminação muito grande em relação à capital federal.

Eu gostaria de saber, para terminar com essa discriminação, para que os deputados, senadores, tenham consciência do que é realmente Brasília, o que precisa ser feito junto à bancada, junto ao Congresso Nacional, senador **Pedro Teixeira**?

Senador Pedro Teixeira:

Junto à bancada, junto ao Congresso, eu creio que tem que haver responsabilidade dos parlamentares. Eles têm que ter consciência de que realmente precisam estar com mais constância aqui no poder central, na Casa onde eles elaboram as leis e os projetos. Brasília só pode ser chamada de ilha da fantasia por alguém que chega aqui na terça-feira e vai embora na quarta. Mas para aqueles que trabalham nas comissões, aqueles que real-



Haroldo Meira conversa com Antônio Fábio antes do debate

mente estão preocupados, ela não chega a ser uma ilha da fantasia. Ela é uma cidade de trabalho, e de trabalho sério. O que é preciso na verdade é dar uma consciência nacional a quem é pago para essa finalidade, a quem tem poderes delegados pelo povo através do voto, de que é aqui e não nos litorais, nas praias, que devem trabalhar. Mesmo que a gente entenda que os parlamentares devem viajar para consultar suas bases, que eles têm os seus problemas, têm os seus contatos, e que devem sentir as aspirações das suas comunidades representativas. Mas o que é mais importante é que eles se integrem nos dias que estão aqui, realmente, no trabalho, no contexto, e vivam a cidade com todas as suas dificuldades para que possam saber que essa qualidade de vida aqui é necessária e que deve continuar.

Mas o que é preciso mesmo é que todo mundo tenha uma consciência da sua responsabilidade política com a capital do País.

Irineu Tamanini — para o presidente da Fibra — Federação das Indústrias de Brasília, Dr. Antonio Fábio Ribeiro. Eu gostaria de saber: a criação de um banco para o Centro-Oeste é uma boa solução também para resolver essa crise financeira da capital federal?

Antonio Fábio Ribeiro — Sim, Irineu. Eu acho que nós precisamos ter instrumentos de crédito, porque o setor empresarial precisa de alguns pontos básicos. E eu consideraria três fundamentais: é o acesso ao mercado, o acesso ao crédito e a simplificação tributária, porque o resto vem depois.

Então o acesso ao mercado se daria desde que os governos, que são o grande comprador em Brasília, o Governo Federal e o Governo do DF, dessem preferência às empresas locais. E para dar preferência basta dividir as compras em lotes adequados,

porque 98% das nossas empresas são de pequeno porte.

O acesso ao crédito que você coloca agora com a criação do banco é uma forma adequada e que nós sempre reivindicamos. O que nós precisamos registrar é que, do ano passado para esse ano, melhoramos extraordinariamente nessa questão.

O Banco do Brasil, que no ano passado se comportou muito mal, não deu acesso às empresas brasileiras ao fundo do Centro-Oeste, retendo os recursos e aplicando indevidamente dinheiro de Brasília em outras regiões. Este ano renegociou sob a liderança das Federações da Indústria, do Comércio e das Associações Comerciais. Os empresários de Brasília também se manifestaram veementemente, o Governo do Distrito Federal deu apoio, e o Banco do Brasil, agora sob a direção do Dr. Calliari, trouxe realmente uma nova orientação que está nos satisfazendo.

O Fundef, gerido pelo BRB, também começa a operar de uma maneira clara.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico está sendo regulamentado para dar uma transparência nesses recursos.

Então esta criação do Banco, que não sai de pauta, passou a não ser urgente para nós. Urgente é criar o Fundo de Participação para dar sustentação e governabilidade ao Distrito Federal. Urgente é realmente nós podermos retomar o desenvolvimento; urgente passou a ser definir agora, de uma maneira clara, a qualidade da nossa saúde, da nossa educação, e o próprio aumento do funcionalismo público, que é necessário para fazer crescer esse mercado consumidor, melhorar esse mercado consumidor. Não saiu da prioridade das classes produtoras do Distrito Federal a criação do Banco do Centro-Oeste. Só que nós

consideramos que há alguma coisa mais urgente, porque o Banco do Brasil e o Banco Regional de Brasília melhoraram nas suas ações.

Senador Pedro Teixeira — Nessa matéria eu até discordo do Antonio Fábio. E gostaria de discordar porque ela está na pauta. Está na pauta do Senado Federal por cinco sessões consecutivas o projeto que cria o Banco do Centro-Oeste.

Por que que eu discordo? O Banco do Brasil pode ter a sua sensibilidade, provocado que foi agora pelas classes produtoras, para poder fazer a aplicação do Fundef e do dinheiro que compete a Brasília. Mas, normalmente, tem uma diretoria que cuida de problemas nacionais. Se nós tivermos o nosso banco, que cuidaria de problemas regionais, na verdade seus diretores estariam muito mais atentos, até porque conhecem mais as nossas peculiaridades — sem demérito para a diretoria do Banco do Brasil. Mas você vai viver no dia-a-dia.

A sede do banco é em Brasília, os diretores do banco são criados convivendo com as problemáticas regionais, eles têm interesses políticos locais, eles têm interesse de servir mais à cidade, mais do que na verdade uma diretoria nacional de um banco. E é preciso entender certas coisas. Esse projeto estava lá, ele não foi aprovado porque existem forças ocultas. Brasília precisa tomar ciência disso e combater e fazer força. Um parlamentar, eu não vou dizer o nome, um senador, prometeu fazer emenda no projeto para ele voltar à Câmara porque isso seria jogar com o tempo. A razão disso depois eu fui saber. Mas por que um senador da região que vai ser beneficiada quer combater um projeto do Banco do Centro-Oeste? Porque ele manipula o Banco do Brasil na sua área de atuação. Não interessa a ele perder a força política lá na área de atuação dele para um banco que ele não vai dominar. Então são os interesses casuísticos, fisiológicos, que prevalecem. E se Brasília não se unir contra essas coisas, não se reunir — o governador Roriz está sempre atento a essa problemática — não conseguirá evitar isso. O Banco do Brasil está atendendo, o Banco Regional está atendendo. Mas as finalidades de um banco de desenvolvimento colocado na capital da República vai atender melhor, creio eu. Eu penso assim e acho que o Banco do Centro-Oeste está na pauta, e se estiver na pauta passa no Senado agora. Basta o governador se mobilizar, com a força que ele tem, com a perseverança que tem, e que o Antonio Fábio e outros líderes empresariais sintam que esse banco é importante, mesmo que ele demore dois anos para ser instalado, para fazer o seu quadro funcional,

● ● **Nós temos duas cidades aqui: uma é a cidade da Esplanada dos Ministérios, que é a Capital da República; e a nossa Brasília, hoje, que mais do que nunca, precisa andar com as próprias pernas** ● ●

Haroldo Meira
Administrador Regional de Brasília



Banco vai financiar progresso

concurso, etc. Basta sentirem que esse banco é tão importante e eu acho que ele é mais prioritário do que o serviço que o Banco do Brasil vai fazer, vem fazendo nesse setor, mas que continuará fazendo em outros setores.

Eu queria só dar esse acréscimo porque o assunto está na pauta lá e eu estava preocupado com isso.

Irineu Tamanini — Eu passo a palavra agora para o secretário Renato Riella para que fale dessa criação do Banco do Centro-Oeste, que citou aqui o senador Pedro Teixeira.

A criação desse banco vai reduzir a luta do GDF de correr atrás, de pires na mão, do Governo Federal, a fim de conseguir recursos?

Renato Riella — O Banco pode ser um bom instrumento, um instrumento importante. Mas eu considero três providências fundamentais para que Brasília saia desse dilema. Uma delas, é claro, é o Fundo do Centro-Oeste, que vai assegurar e sistematizar o repasse de recursos para o Distrito Federal.

A outra, que aliás o presidente da Federação das Indústrias, Antonio Fábio, percebeu muito bem — eu até parabeno ele pela sagacidade em ter percebido isso —, é a questão dos salários dos servidores. Nós temos hoje no Distrito Federal cerca de 300 mil servidores. Entre 200 mil e 300 mil. E o servidor é o principal consumidor em Brasília. Quando o servidor ganha mal, a cidade vive mal, a cidade produz mal, a cidade vende mal, tudo funciona mal na cidade quando o servidor está ganhando mal. E nós estamos, nos últimos três anos, num processo de queda salarial dos servidores. É um dos grandes fatores de crise no Distrito Federal essa questão dos salários dos servidores. E eu considero a providência importante, que as áreas mais diversificadas do Distrito Federal se unam no que se refere aos rendimentos, à remuneração do funcionalismo público.

Mais de 1/3 da população economicamente ativa do Distrito Federal está voltada para esta área.

E o terceiro ponto fundamental é um apoio decisivo no que se refere aos setores de produção. Nós já temos agora no mês de abril a perspectiva de iniciar os financiamentos através do Fundef. E temos também a liberação do funcionamento de empresas comerciais, de serviços e industriais nas áreas residenciais, principalmente nas cidades satélites, o que é um processo importante de regularização de empreendimentos — já existiam, mas funcionavam clandestinamente, temos também outros incentivos que foram resultantes dessa luta do empresariado e dessa integração do empresariado com o governador Joaquim Roriz.

Então esses três fatos, essas três



O presidente da Fibra conversa com jornalistas nos bastidores

ações, quer dizer, o Fundo do Centro-Oeste, a reação dos salários dos servidores, e o apoio, o incentivo, o desenvolvimento das áreas de produção serão fundamentais para que Brasília surja como uma nova unidade da federação, efetivamente produtiva e não mais vivendo sob essa visão de parasita que alguns estados brasileiros têm, dela porque Brasília não é parasita. Se a capital do Brasil voltasse para o Rio de Janeiro nós teríamos uma crise monstruosa. Qual o nível de segurança que nós teríamos para o funcionamento de um governo em todas as áreas possíveis da administração.

Brasília é fundamental como peça estratégica e deve ser defendido esse ponto do desenvolvimento de Brasília em todos os momentos e por toda a coletividade. Infelizmente, a sociedade de Brasília ainda não está suficientemente amadurecida e unida para esse processo.

Irineu Tamanini — Dr. Jorge Jardim, eu gostaria que o Sr. respondesse agora como Presidente da Telebrasil.

O Sr. como Presidente da empresa de telefones aqui da capital federal, está sentindo a crise mais de perto?

Jorge Jardim — Sem dúvida. O período altamente recessivo que a economia brasileira vem atravessando, aliado à incerteza de repasse de recursos da União para o Distrito Federal — e isso já há algum tempo — vem provocando, eu diria que uma queda sensível na receita dessas empresas prestadoras de serviços. A Telebrasil não podia ser diferente. Nós fechamos o ano de 92 com um crescimento real de receita decorrente exclusivamente de

um aumento físico propriamente na nossa planta. Mas se a gente hoje fizesse uma análise no sentido de verificar que esse aumento físico, comparado com o ano imediatamente anterior, com a planta que havia, nós sentimos que houve uma queda de cerca de 10% no volume de tráfego gerado pela empresa.

Isso decorre exatamente dessa colocação do Secretário Riella, dando conta de que hoje o quadro funcional do Distrito Federal, mormente da administração direta, vem percebendo salários cada vez menores comparados com os exercícios anteriores. Esse é um aspecto realmente importante de se colocar para provar que a renda média do Distrito Federal efetivamente vem caindo.

Foi defendida também — me permita fazer essa observação — a criação de um banco para a região. Eu acho perfeitamente razoável esse pleito, mas acho que dado exatamente a seriedade da situação do Distrito Federal, no que diz respeito ao repasse desses recursos, isso vai inviabilizar o sistema de saúde e de educação do Distrito Federal. Eu acho que nós deveríamos, sem dúvida, concentrarmos as nossas atenções na formalização desse fundo de participação do Distrito Federal, porque a prioridade, no meu entendimento, deveria se manter pelo menos o que está aí. Essa, no meu entendimento, deveria ser a prioridade.

Eu concordo com o nosso Senador. O Senador está com uma visão mais larga do processo e a minha preocupação é exclusivamente em não fazer com que o movimento ora em pro-

cesso se torne um movimento dispersivo, mas, sim, que se concentre numa ação direta e que sensibilize o Congresso Nacional e o próprio Governo Federal para definir esse fundo.

Irineu Tamanini — Dr. Haroldo Meira, porque que em Brasília, na capital federal, um imóvel é mais caro do que em Miami, nos EUA?

Dr. Haroldo Meira — Outro dia me perguntaram sobre isso, qual era a minha opinião. É por um motivo muito simples: Brasília tem o seu espaço limitado, você tem a determinação de um plano urbanístico que você não pode alterar. E com essa qualidade de vida fantástica que nós temos em Brasília, isso só tende a ser mantido, ou seja, essa alta valorização do espaço. Porque hoje você não pode construir e não pode aumentar um gabarito de uma superquadra. Você hoje não pode construir um imóvel residencial de 17, de 20 andares. O planejamento urbano da cidade não o permite. Isso daí as pessoas podem criticar, mas se elas olharem pelo outro lado, é uma preservação do traçado urbanístico de Brasília.

A partir do momento em que a coisa fica cara a pessoa é obrigada a procurar uma outra alternativa. Então eu acho perfeitamente lúcido, vamos dizer assim, essa questão dessa alta valorização. É porque Brasília tem o seu plano urbanístico definido, o seu espaço definido, o seu gabarito mantido. É tombada como Patrimônio Histórico da Humanidade, não pode ser mexida. Então é por essa razão que existe essa alta valorização.

Irineu Tamanini — Dr. Antônio Fábio, o Sr. concorda com isso?

Antônio Fábio Ribeiro — Eu gostaria, ainda, de voltar atrás com relação ao Banco de Desenvolvimento, porque o senador Pedro Teixeira fez uma observação, e os outros companheiros também, e nós estamos inteiramente sintonizados. Eu só queria registrar um fato para que os leitores, os ouvintes, e a sociedade de Brasília soubessem: nós não podemos trocar, neste momento, a luta do Fundo de Participação pelo Banco de Desenvolvimento. São duas coisas completamente diferentes. Nós precisamos do Banco de Desenvolvimento e precisamos do Fundo de Participação. O Fundo de Participação é muito mais urgente. Agora, está na pauta do Senado Federal, o senador Pedro Teixeira está trabalhando nesse sentido. Esta semana, em dias anteriores, nós trabalhamos em conjunto, estamos acionando. O Dr. Newton Rossi, Presidente da Federação do Comércio, é um dos maiores batalhadores disso. O Dr. Joséito Corrêa, da Federação das Associações Comerciais, também. Nós estamos trabalhando em conjunto.



● ● **Brasília precisa sair dessa situação de constrangimento, passando a usufruir do que tem direito, ou seja, uma vida normal, uma perspectiva de progresso com regras de jogo bem estabelecidas** ● ●

Renato Riella
Secretário do Trabalho do DF

Qualidade de vida eleva preços



Antônio Fábio Ribeiro propõe aumento para os servidores

Lá no Congresso não vamos deixar tirar da pauta, vamos aprová-lo e vamos implantá-lo em seis meses ou um ano depois. Nós não podemos é trocar uma coisa por outra. E nós temos muita gente maldosa - e o Haroldo ainda falou nisso. Aqui, muitas vezes, querem jogar um termo pejorativo sobre a capital e nos confundir criticando alguns companheiros.

Nós temos que ser unidos quando criticarem um companheiro daqui, seja ele de qualquer natureza, quando criticarem o nosso mercado, porque querem transformar Brasília numa ilha da fantasia e outras coisas mais.

Podem tentar nos confundir nesse momento, querendo nos dar o banco do Centro-Oeste a troco do Fundo de Participação. São coisas que não se trocam, são coisas independentes.

Essa colocação que eu queria falar.

Sobre a pergunta que você me fez com relação ao mercado imobiliário, Haroldo respondeu bem. Nós temos uma qualidade de vida, nós temos um partido urbanístico que tomamos. A maior densidade de elevador por habitante do mundo está numa superquadra de Brasília, porque o prédio é deitado, ele tem inúmeras portarias e inúmeros elevadores. Se ele fosse verticalizado teria 1/3 de elevadores a menos. A maior área de pilotis de edifícios do mundo está justamente em Brasília, numa superquadra. Se nós fechássemos aquilo teríamos mais área útil e, portanto, seria vendido mais barato.

São essas coisas que justificam. O Haroldo falou muito bem. Partido urbanístico da cidade. Nós quisemos ter essa arquitetura, essa qualidade de vida, temos que pagar um pouco mais caro por ela. Isso não é verdade lá no Gama, em Sobradinho, em Taguatinga, onde existe a possibilidade de prédios de custos menores porque a área útil é maior.

Irineu Tamanini — Senador Pedro Teixeira, está falando aqui muito nessa criação do Fundo de Participação do DF. Mas o nosso ouvinte, o nosso telespectador, e amanhã o nosso leitor, ele está a pensar: Vão tirar mais do bolso do contribuinte? É esse o objetivo?

Senador Pedro Teixeira — Não. Em absoluto. Isso não quer dizer que vá haver uma expansão de impostos por parte da União. Os índices são os mesmos. Isso é uma questão do artigo 159, onde diz que vai haver um remanejamento dos índices de 2% a 1,5% no Fundo de Participação, no que tange ao Estado, e 0,5%, no que cabe ao município. Nós apenas trocamos de categoria. Nós estamos classificando juntos, Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Nós va-

mos deixar que os Estados tenham o Fundo de Participação, e, pela nossa singularidade, nós vamos ter um outro Fundo de Participação, apenas fazendo o remanejamento de valores. Talvez a União, é quem vai ter que pagar um pouco mais. Porque em todos os locais do mundo onde há um Distrito Federal, o poder central socorre, porque usufrui gratuitamente. Então não haverá nada mais. É apenas fazer um remanejamento dos itens 1 e 2 do artigo 159, no que se refere a Fundo de Participação de Estados e de Municípios.

Deslocamos 2% nesses itens e os outros 3% nós vamos trazer, tentar lutar trazendo da União, para que ela possa realmente permitir que a capital da República esteja a serviço do poder central.

Não haverá expansão nenhuma de imposto. Deus me livre e guarde!

Você me permite uma intervenção esclarecedora.

O Estado de Minas Gerais tem o Fundo de Participação do Estado e o Fundo de Participação dos Municípios, assim como qualquer Estado. Ele tem 800 municípios. O Estado de Sergipe, tem o fundo de participação dos Estados e "n" municípios. Em Brasília, a Constituição não nos permite criar municípios. Nós temos zero municípios. Então nós só temos aquele tantinho que vem para o Estado. Então, se transformássemos Taguatinga num município, o Gama, Águas Claras, e fizéssemos 50 municípios em Brasília, aumentávamos 50 vezes a nossa renda.

É que nós não queremos deteriorar o nosso plano, nós não queremos fazer esculhambação. Nós, por exemplo, apesar de respeitarmos o crescimento das cidades satélites, e o valorizarmos, não queremos dividir aquilo em municípios porque perderemos a governabilidade política. Nós precisamos de ter essa união.

Então é este o exemplo que a so-

cidade precisa saber. Se dividíssemos o DF em 100 municípios aumentaríamos em 100 vezes a nossa renda. Nós não queremos artifícios, queremos obter os mesmos recursos vindos por outro caminho.

Renato Riella — Eu faço uma proposta na presença de todas essas pessoas bem representativas da sociedade de Brasília, que é muito na linha do que eu penso, das minhas preocupações em relação ao Distrito Federal. Eu acho que está faltando a criação de alguma coisa, tipo um comitê permanente para a preservação da imagem de Brasília, que não fosse constituído por governo.

Que fosse constituído a partir de empresários, igrejas, partidos, artistas, lideranças comunitárias, e, eventualmente, alguns representantes do governo. Eu acho que um dos grandes problemas de Brasília hoje é o marketing. Brasília convive muito com o lobby e o lobby parlamentar não está fazendo bem, não vem fazendo bem ao seu próprio lobby.

Brasília, por exemplo, assiste o prefeito do Rio de Janeiro, que é um malabarista, o prefeito César Maia, que vive criando situações de efeito, falar mal de Brasília — e até defender a volta da capital para o Rio de Janeiro —, e eu não vejo vozes representativas da cidade, e até mesmo vozes de ressonância nacional, responderem à altura.

Nós temos elementos, sem ser da área política, do tipo Piquet, Oswaldo Montenegro, artistas, intelectuais que representam Brasília, que poderiam ser usados nesse processo de marketing da cidade.

Teria que ser uma ação organizada. Não existe essa ação organizada. Eventualmente se faz uma reunião suprapartidária para discutir problemas orçamentários, verba para metrô. E já é muito você ter todos os partidos juntos, juntos inclusive com o governo, defendendo interesses da cidade. Mas

é preciso muito mais do que isso. É preciso uma ação permanente na defesa da imagem de Brasília.

Nós temos, por exemplo, um Distrito Federal em que o IBGE divulgou agora relatórios mostrando que aqui não tem favelas.

Nós temos cidades de São Paulo, tipo Diadema, que têm mais favelas do que diversas capitais brasileiras. E Brasília aparece inteira, limpa, nesse processo. Saneada. Nós não temos criminalidade. A criminalidade aqui é baixíssima se comparada com o Rio de Janeiro, Recife ou Salvador.

Nós temos um quadro técnico-profissional de altíssimo nível à disposição do Governo Federal que assume aqui em Brasília. Nós temos um ambiente cultural favorável, disponível até para abrigar uma Olimpíada 2000, temos muita chance de receber essa Olimpíada 2000.

Nós não tivemos cólera no Distrito Federal, e isso ninguém diz. Parece uma coisa supernormal, no momento em que a cólera está aí com números assustadores, ninguém comemora o fato de o Distrito Federal estar preservado. Pelo contrário, eu vejo, às vezes, notícias assustadoras dizendo: "Cólera pode chegar no Distrito Federal". Pode chegar, mas não chegou. Nós estamos bem protegidos, estivemos bem protegidos, porque Brasília hoje é uma unidade organizada.

Eu diria, para concluir essa proposta, que eu defendo que Brasília seja um plano piloto para um novo Brasil. É um certo trocadilho com a situação de Plano Piloto. Mas um plano piloto para um novo Brasil e que aqui se desenvolvam projetos, protótipos de ações a serem repassadas para o resto do Brasil.

Brasília tem condições de ser um plano piloto para um novo Brasil dentro dessa organização que ela oferece hoje em nível nacional.

Irineu Tamanini — Administrador Haroldo Meira, essa proposta tem condições?

Haroldo Meira — O prefeito César Maia, quando fez essa proposta, acho que ele estava pensando exatamente em depois fazer um debate para poder discutir o fundo de participação para o Rio de Janeiro, que é para ter os benefícios da capital.

O prefeito do Rio, quando fez isso, procurou o quê? os benefícios da capital. Nós aqui em Brasília estamos pagando a conta da capital. O governador Roriz tem o hábito de falar o seguinte: "Nós precisamos aumentar essa taxa de condomínio da União". Quer dizer, a União tem que pagar uma taxa de condomínio maior por a gente estar abrigando Brasília, porque Brasília é uma cidade precoce, é uma cidade fantástica.

● ● O setor empresarial local precisa de alguns pontos básicos e três são fundamentais: o acesso ao mercado, o acesso ao crédito e a simplificação tributária, porque o resto vem depois ● ●

Antônio Fábio Ribeiro
Presidente da Fibra



União precisa pagar condomínio

Outro dia, conversando com o pessoal da Capitania dos Portos, eles me falaram: É a quarta cidade brasileira em embarcações registradas na Capitania dos Portos. A gente só perde para São Paulo, Rio e Porto Alegre. É a quarta cidade.

Outro dia, conversando com o Sindicato dos Jornalheiros, eles me disseram que Brasília é a quinta cidade do Brasil em número de leitura de títulos, não em tiragem, mas em títulos.

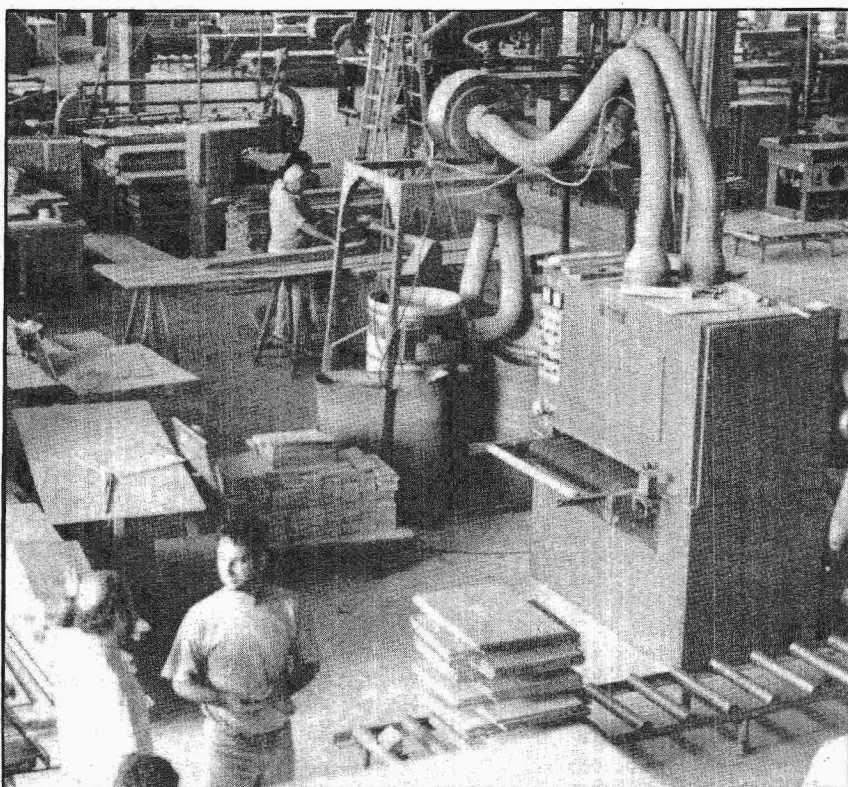
Quer dizer, essa cidade aqui, culturalmente, é fantástica. Quando surgiu a questão das bandas de rock, surgiu onde? Surgiu aqui. É uma nova geração, é uma visão exatamente do presidente Juscelino, e nós não podemos deixar isso morrer.

Eu concordo plenamente com o Riella. Quando acontece isso, um prefeito de fora falar mal de Brasília, imediatamente nós temos que nos acionar. É igual essa matéria da "Veja", que saiu essa semana. Ela disse que a maior cidade do Brasil em área verde é Curitiba, com 54 metros quadrados por habitante. Nós temos só o dobro. Eu sei perfeitamente disso. Imediatamente eu escrevi uma cartinha para a "Veja" para dizer a eles: "Épa. Vocês erraram. Não é Curitiba. É Brasília".

Renato Riella — Deixa eu fazer um comentário: o prefeito Jaime Lerner, de Curitiba, é um grande homem de marketing. Tudo bem, ele é um grande prefeito, ele foi um bom prefeito, mas, antes de tudo, antes de ser um arquiteto, ele é um homem de marketing. Ele projetou Curitiba muito além das possibilidades da cidade. E Brasília, em diversos aspectos, é superior a Curitiba. Mas nós não estamos fazendo bom marketing.

Irineu Tamanini — Eu pergunto ao senador Pedro Teixeira: Esse trabalho de marketing não teria que começar com o próprio governador de Brasília e com a bancada federal, o Congresso Nacional, senador?

Senador Pedro Teixeira — Eu não acho que só o governador. Eu acho que é toda a sociedade. O governador tem essa administração, está tão absorvido com mil problemáticas, que pode até a vertente desaguar lá no Congresso para que hajam soluções políticas. Nós precisamos saber que o problema social não é governo só. O problema social é nosso, o problema da cidade também não é do governo. Eu acho que pode até canalizar e o governador Roriz interferir no processo, mas eu acredito mais em uma convocação disso por parte da imprensa, dos jornalistas, da Federação da Indústria, da Federação do Comércio, enfim, dos advogados, de todos os segmentos sociais.



Uma indústria não-poluente é solução para o Distrito Federal

Eu acho que esse é um problema muito nosso e louvo essa idéia. Vamos mergulhar juntos com deputados distritais, com deputados federais, com a classe política, com todas as outras classes, para que seja realmente um movimento não político, mas um movimento comunitário essencialmente. Eu acho isso.

Irineu Tamanini — Dr. Jorge Jardim, e a questão dessa proposta do Secretário Renato Riella?

Jorge Jardim — Eu acho extremamente válida a proposta do Riella. Eu só discutiria o problema da oportunidade. Eu acho que o momento está muito mais para se falar das dificuldades do que propriamente das vantagens da cidade.

Nós estamos vivendo uma época de profunda crise, como está colocado, um momento em que os recursos não vêm nem para educação, nem para saúde. Pode acontecer de não virem. Eu acho que o momento é para sensibilizar a classe política aqui residente no sentido de que Brasília também, em que pese ter muita qualidade de vida, tem muitos problemas e poderá ter muito mais na medida em que esses recursos não venham.

E eu acho também o seguinte: preocupa muito raciocinar em termos de aumentar propriamente a taxa do condomínio, aumentar propriamente os valores a serem repassados. Eu acho que o pleito nosso deveria incidir exclusivamente nas transferências voluntárias e involuntárias da União para conosco, o que representa aí uma coisa da ordem de 65% da mão-de-obra do

Governo do Distrito Federal, da folha de pagamento do Distrito Federal, e não onerar a União em absolutamente nada além do que já vem sendo onerado. O problema está, no meu entendimento, na formalização. É fazer com que a gente reverta essa situação de "pires na mão".

Ao invés de pedirmos mais, eu acho que não é momento para pedir, dado exatamente a grande crise que o País atravessa como um todo.

E acho também, e queria só enfatizar isso, que Brasília é produto, sem dúvida, da crise da Federação brasileira. Nós temos um Sul maravilha, um Nordeste da seca, um Norte com profundas desigualdades também e o que o País tem que entender é que é preciso que haja uma área em que os poderes da União estejam sediados, o corpo diplomático esteja sediado. E que em qualquer país do mundo, ou em quase todos os países, a Federação é que custeia o Distrito Federal na sua integridade.

O momento, então, eu enxergo como sendo o momento para que a gente formalize esse repasse voluntário e involuntário, que já v. n. h. e que já vem ocorrendo. Só isso.

Haroldo Meira — Você me desculpa fazer uma colocação. Quando eu coloquei aumento da "taxa do condomínio", eu falei, porque é o seguinte: ontem eu fui na 104 Norte. Tinha mais ou menos umas 80 pessoas reunidas, pais de alunos. Nós estávamos reunidos na escola e eles estavam pedindo para o quê? Para a gente arrumar a escola. Entendeu? Você criou um aden-

samento cada vez maior, está criando adensamentos em Brasília, e você tem, por exemplo, a escola da 104 Norte, em que 90% dos pais são funcionários públicos, que têm lá seus filhos estudando dentro da escola da 104 Norte. Se ele não tiver uma boa qualidade de ensino, se não tiver uma escola boa, olha o problema. É por isso que eu estou falando: é questão do aumento.

Irineu Tamanini — Nós temos menos de cinco minutos de programa. O Presidente da Fibra, o Dr. Antônio Fábio Ribeiro, fará as suas despedidas.

Antônio Fábio Ribeiro — Eu achei do melhor nível esse debate, acho que a cidade está acordando para isso. Pela primeira vez eu estou vendo uma conjugação de esforços entre os políticos, o governo, os empresários, a sociedade como um todo, os intelectuais. Eu só concitaria uma integração maior por parte dos trabalhadores. Os trabalhadores que têm uma certa ideologia não podem investir no impasse. Amanhã nós temos até a perspectiva do poder, de o Brasil e diversos Estados estarem em poder do Partido dos Trabalhadores e dessa linha. Se estiver, serão os nossos governantes. Mas nós, porém, em cada momento, não podemos investir no impasse. Nós temos que somar os esforços para defender a sobrevivência do Distrito Federal, a governabilidade do Distrito Federal, qualquer que seja a linha política que esteja governando. Defender uma vida salutar, o crescimento do mercado.

Eu, por exemplo, como presidente da Federação das Indústrias, defendo o aumento do servidor público, porque com ele crescerá o nosso mercado. E defendo hoje e defenderei amanhã. E se um dia tiver exercendo alguma função em que esse aumento dependa de mim, serei a favor. Mas nós precisamos criar receita. Não se paga uma conta, eu nunca vi na minha vida se pagar uma conta sem ter dinheiro. Precisamos gerar recursos para poder fazê-lo.

É esse o nosso objetivo. Eu acho que a sociedade acordou. Essa questão que foi colocada aqui pelos companheiros sobre questão do marketing de Brasília, eu acho que nós temos que fazer tudo, e tudo ao mesmo tempo. Tentar priorizar.

Vamos lutar violentamente pelas Olimpíadas. Vamos deixar de ser pessimistas. Nós temos condições de ser sede das Olimpíadas. E ela vai se dar daqui a sete anos, lá na passagem do século. Vamos ter fé. A Fibra vai contribuir nisso, os empresários vão contribuir, mas vamos cuidar também das emergências que temos.



● ● O período altamente recessivo, aliado à incerteza de repasse dos recursos da União para o Distrito Federal, vem provocando uma queda sensível nas receitas das empresas prestadoras de serviços ● ●

Jorge Jardim
Secretário executivo do Ministério das
Comunicações e Presidente da Telebrasília

Brasília deve assumir identidade

Eu acho que esse debate e outros tantos que estão acontecendo se devem à consciência da Câmara Distrital do Distrito Federal, à consciência dos parlamentares federais, dos senadores, que está levando realmente ao melhor debate. E eu tenho certeza que isso não vai morrer mais. Eu tenho certeza que ele vai se proliferar até nas mesas de bar.

Irineu Tamanini — Secretário Renato Riella.

Renato Riella — Só para fechar, quero agradecer a participação e dizer que essa qualidade de vida de Brasília, sem favelas, sem cólera, é fruto de muito trabalho. As favelas, por exemplo, foram erradicadas pelo governador Joaquim Roriz, num esforço que todos nós conhecemos. E isso a gente precisa mostrar com muita clareza para o resto do Brasil. É uma qualidade de vida fruto de resistência, trabalho e dificuldade.

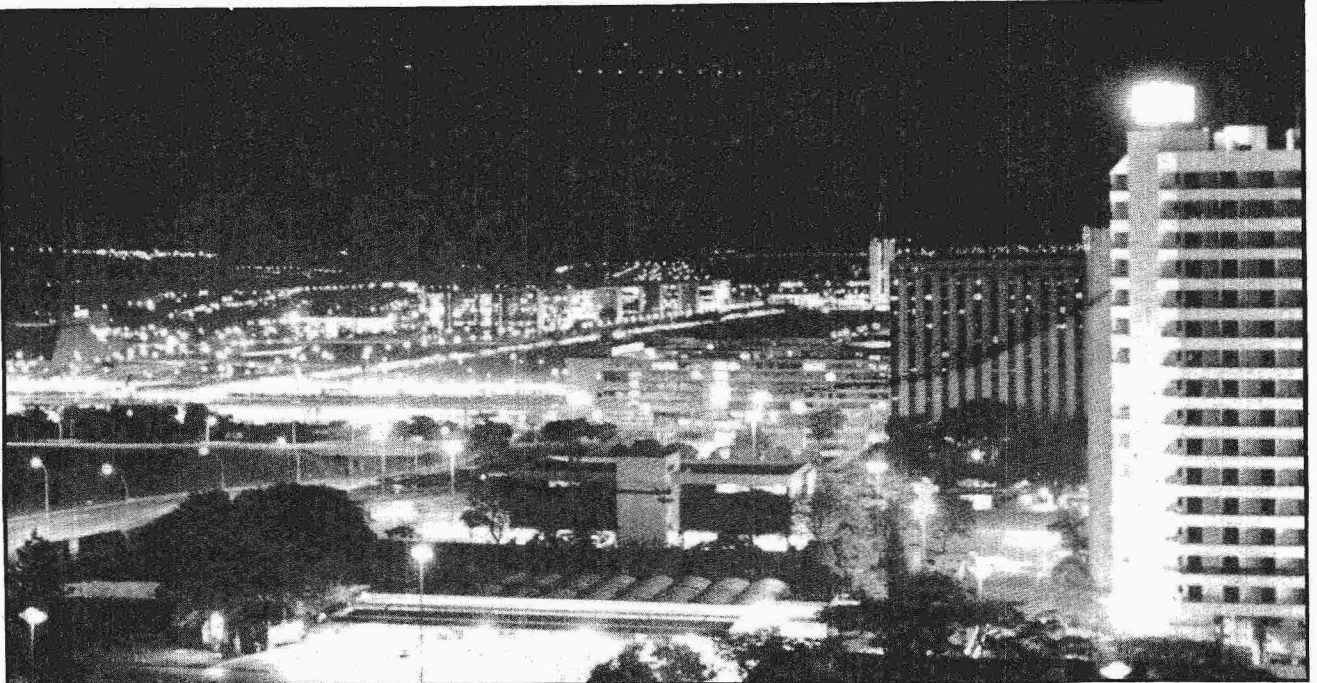
Muito obrigado pela participação e parabéns a todos os organismos envolvidos.

Jorge Jardim — Agradeço a participação e quero parabenizar, mais uma vez, a Rede Nacional, parabenizar o *Jornal de Brasília*, e dizer que a convocação de Brasília como um todo para preservar o Distrito Federal é altamente importante e que nós devemos estar todos engajados nesse processo. Acho oportuno para o que a gente pode denominar da Brasília federal, que ela se insira na Brasília local. É preciso que a Brasília seja uma só. A Brasília federal é feita exatamente pelas pessoas que transitam somente pelo Distrito Federal, mas que se valem das benesses e da qualidade de vida daqui. Eu acho que é oportuno que todos nós, a Brasília federal e a Brasília local, estejamos devidamente irmanados para defender os interesses do Distrito Federal.

Irineu Tamanini — Brasília em Debate é uma promoção do *Jornal de Brasília*, Rádio Nacional, da TV Nacional, com o apoio do Governo do Distrito Federal e também da Câmara Legislativa.

Haroldo Meira — Os políticos, os deputados federais, precisam entender o seguinte: essa luta de Brasília, de ter a sua autonomia econômica, é em função de podermos preservar a nossa capital, quer dizer, preservar a vida dos políticos, dos ministros, dos altos funcionários do Governo Federal que aqui trabalham para o País, não é para Brasília, trabalham para o País.

Então, a partir desse momento que a gente tiver uma autonomia econômica, nós vamos ter condições de oferecer uma cidade melhor para eles trabalharem. Ou seja, preservar o que



Brasília sofre todos os problemas de uma metrópole brasileira

Juscelino criou — Brasília, a capital do País.

Senador Pedro Teixeira — Eu também quero parabenizar o *Jornal de Brasília*, a Rádio Nacional e a TV Nacional pela iniciativa desse evento muito importante.

Levei daqui pistas, levei daqui soluções e idéias, mas eu conclamo ao seguinte: às vezes, eu fazia um movimento de cursilho e dizia que as palavras convencem, mas os testemunhos é que arrastam.

Então é preciso — na verdade eu sinto isso lá como testemunho dentro do Congresso Nacional — que as nossas forças precisem estar mais presentes junto aos parlamentares.

Nós ontem tivemos a Assembléia Distrital, a assembléia legislativa de Brasília, fazendo um movimento notável. Mas isso é para ser realizado todo dia e por vários segmentos, por uma assessoria parlamentar que tem que estar presente lá, porque nós temos o governador envolvido com os problemas administrativos da cidade e não pode, às vezes, atentar para certas coisas.

Ontem, eu não sei quem era o político que estava dizendo que político gosta de ser alisado. Ele realmente... É a verdade, gosta de ser alisado. Eu sinto às vezes determinadas coisas, e dou testemunho de um senador que, essa semana, me disse: "Senador, vê se o senhor interfere junto ao GDF, porque eu mandei uma carta já faz quatro meses, já repeti a carta outra vez e não obtive solução da área. Isso tudo é porque nós estamos realmente preocupados em administrar a cidade. Mas tem que se dar valor à política, porque a política tem um peso especí-

fico, substancial.

Eu levo daqui a certeza de que os fóruns de debate, como a Federação das Indústrias, a Federação do Comércio, realmente jogam no ar uma chaminé de esperanças, uma chaminé de idéias. Mas isso precisa ser colocado em prática, e independente de mim ou qualquer outro. São os canais políticos que sensibilizam as forças políticas. Quando apresentei essa proposta da emenda, a primeira reação partiu da bancada do Nordeste. "— Peraí, disseram, vocês estão querendo tirar, nós estamos precisando, nós temos seca". E eles desenvolvem e se unem. E a bancada do Centro-Oeste não é unida. Nós temos Brasília lutando sozinha, como podia estar lutando com Goiás, com Mato Grosso, com Minas, na Região Centro-Oeste, fazendo uma força que tivesse um peso específico.

Então precisa surgir uma liderança substancial para que essa força se contraponha no sentido de se argumentar que apesar de não termos seca — e que as secas são periódicas e que eles realmente socorrem as secas com medidas emergenciais muito justas —, temos, permanentemente, problemas

dentro da Capital.

Então eu conclamo isso: a uma união de forças para sensibilizar permanentemente as classes políticas.

Irineu Tamanini — Nós gostaríamos de agradecer a presença de cada um dos senhores aqui: o senador Pedro Teixeira; o dr. Jorge Jardim, presidente da Telebrasília e secretário-geral do Ministério das Comunicações; o dr. Antonio Fábio Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias de Brasília — Fibra; e o secretário Renato Riella, do Trabalho, e também ao dr. Haroldo Meira — administrador regional de Brasília.

Gostaríamos de lembrar também que, na próxima quarta-feira, o *Brasília em Debate* estará novamente aqui no *Jornal de Brasília*, com o apoio da Rádio Nacional e da TV Nacional.

Estarão aqui discutindo "Brasília, Função Capital", o senador Mauro Benevides, ex-presidente do Congresso Nacional; o dr. Alcir Calliari, presidente do Banco do Brasil; o dr. Vasco Ervilha, presidente do BRB — Banco de Brasília; e o dr. José Carlos Gentile, presidente do Clube dos Pioneiros.